



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE CREDENCIAMENTO.

RECURSO ADMINISTRATIVO AO EDITAL Nº 2013/029.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PARA A REAPLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DE ACESSO À ÁGUA PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.

A **ESCOLA DE FORMAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Coronel João Damasceno, nº 74, Centro, CEP 62320-000, Tianguá/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 07734489/0001-74, neste ato representada por sua representante legal, a Sra. Cristina Costa Sousa, inscrita no CPF sob o N.º 496.439.323-20 e RG sob o N.º 2204839-92 SSP/CE, residente e domiciliada em Viçosa-Ceará, vem, perante V.Sa., interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a decisão proferida pela Comissão de Seleção de Credenciamento da Fundação do Banco do Brasil que julgou o credenciamento do Instituto Agropolos do Ceará no presente certame, tudo conforme adiante segue:

TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, razão pela qual deve V.Sa., conhecer e julgar a presente medida.

DOS FATOS E DO DIREITO

O presente recurso tem por objetivo solicitar esclarecimentos da Fundação Banco do Brasil, com relação ao credenciamento do Instituto Agropolos do Ceará, inscrito com o CNPJ nº 04.867.567/0001-10.

A referida solicitação deve-se ao fato de que o referido Instituto não possui experiência na gestão de recursos públicos ou privados, para implantação de projetos compatíveis com o objeto do presente edital.

Diante disso, o referido Instituto não cumpre as exigências de qualificação técnica do edital, quanto à apresentação dos documentos descritos no edital nos itens a seguir descritos:

6.1.3.1.7.1 cópia(s) de Convênio(s), Contrato(s) de Repasse, Termo(s) de Cooperação Técnica e Financeira, Termo(s) de Parceria ou outro(s) instrumento(s) contratual(ais), que comprove(em), em conjunto, a reaplicação de 100 (cem) ou mais unidades das seguintes tecnologias sociais para produção de

alimentos Cisterna Calçadão, Cisterna de Enxurrada, Tanque de Pedra, Barreiro-Trincheira, Barragem Subterrânea e Bomba de Água Popular (BAP); ou

6.1.3.1.7.2 cópia de, no mínimo, 03 (três) Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Cooperação Técnica e Financeira, Termos de Parceria ou outros instrumentos contratuais relativos à reaplicação de qualquer das seguintes tecnologias sociais: Cisterna de Placas, Cisterna Calçadão, Cisterna de Enxurrada, Tanque de Pedra, Barreiro-Trincheira, Barragem Subterrânea e BAP.


Vale frisar que a Recorrente interpõe o presente recurso, haja vista que o Instituto Agropolos não possui experiência quanto à reaplicação das tecnologias sociais, objeto do presente edital. Fato esse que a impossibilita de ser credenciada no presente, visto que não atendeu a todos os requisitos exigidos no Edital.

Serve o presente recurso como uma tentativa administrativa de se modificar a decisão proferida por essa respeitável Comissão de Seleção de Credenciamento que declarou o credenciado do Instituto Agropolos.

DO PEDIDO

Pelo exposto, é que se REQUER a essa respeitável Comissão de Seleção que se digne de rever e reformar a decisão que julgou o credenciamento do Instituto Agropolos do Ceará no presente edital, uma vez que a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento público.

Fortaleza, 07 de janeiro de 2014.



Cristina Costa Sousa

Presidente da Escola de Formação Política e Cidadania
ESPAF



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE CREDENCIAMENTO.

RECURSO ADMINISTRATIVO AO EDITAL Nº 2013/029.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PARA A REAPLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DE ACESSO À ÁGUA PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.

A ESCOLA DE FORMAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Coronel João Damasceno, nº 74, Centro, CEP 62320-000, Tianguá/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 07734489/0001-74, neste ato representada por sua representante legal, a Sra. Cristina Costa Sousa, inscrita no CPF sob o N.º 496.439.323-20 e RG sob o N.º 2204839-92 SSP/CE, residente e domiciliada em Viçosa-Ceará, vem, perante V.Sa., interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a decisão proferida pela Comissão de Seleção de Credenciamento da Fundação do Banco do Brasil que julgou o credenciamento do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e a Trabalhadora no presente certame, tudo conforme adiante segue:

TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, razão pela qual deve V.Sa., conhecer e julgar a presente medida.

DOS FATOS E DO DIREITO

O presente recurso tem por objetivo solicitar esclarecimentos da Fundação Banco do Brasil, com relação ao credenciamento do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e a Trabalhadora, inscrito com o CNPJ nº 10.379.766/0001-82.

A referida solicitação deve-se ao fato de que o referido Centro já participou da execução de projeto, compatível com o objeto do presente edital, qual seja, o Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC. Ocorre que a mesma foi descredenciada pela gestora AP1MC/ASA, tendo em vista não ter cumprido com a finalidade do programa, quando não aplicou os recursos disponibilizados no projeto de forma ética e de acordo com o plano de trabalho.

Neste sentido, a Recorrente solicita que a Fundação Banco do Brasil solicite informações da AP1MC, sobre os fatos que ocasionaram o descredenciamento da mesma no Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC, afim de que sejam credenciadas instituições idôneas e que possam prestar um serviço de qualidade e com transparência.

Serve o presente recurso como uma tentativa administrativa de se modificar a decisão proferida por essa respeitável Comissão de Seleção de Credenciamento que declarou o credenciado do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e a Trabalhadora.

DO PEDIDO

Pelo exposto, é que se REQUER a essa respeitável Comissão de Seleção que se digne de rever e reformar a decisão que julgou o credenciamento do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e a Trabalhadora no presente edital, afim de que seja validado o presente procedimento público.

Fortaleza, 07 de janeiro de 2014.



Cristina Costa Sousa

Presidente da Escola de Formação Política e Cidadania
ESPAF